



**Workers'
Group
EESC**

O Grupo dos Trabalhadores

M A I O 2019

Esta é a Europa que queremos: que seja uma realidade!

O Grupo dos Trabalhadores do CESE é composto por representantes dos sindicatos, confederações e federações setoriais a nível nacional. Os seus membros representam mais de 80 organizações sindicais - a grande maioria filiada na Confederação Europeia de Sindicatos (CES) ou nas suas federações sectoriais.

As nossas principais prioridades sempre foram a defesa das liberdades fundamentais e dos direitos laborais. Os nossos objetivos são o pleno emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores na Europa e o bem-estar de todos os cidadãos da UE, bem como dos trabalhadores e das suas famílias, noutros continentes.

Queremos uma União Europeia que seja eficaz para muitos, não para poucos: ou seja, social, democrática e progressista.

Trabalharemos em prol de uma UE que proteja e capacite os trabalhadores e outros cidadãos e ofereça perspetivas seguras e justas para todos, enfrentando os desafios da globalização, da digitalização e das alterações climáticas de uma forma coerente. As quatro liberdades - nomeadamente a liberdade de circulação de produtos, cidadãos serviços e capital, que em conjunto permitem o comércio e o desenvolvimento económico, o emprego, a criatividade e a inovação, a troca de competências, o desenvolvimento de infraestruturas em áreas remotas - são a essência da Europa, mas os direitos sociais fundamentais devem ter prioridade sobre as liberdades económicas e as regras da concorrência. O projeto Europeu trouxe algum progresso económico e social, mas não se de forma uniforme e nem todos os trabalhadores se encontram em posição de beneficiar da sua riqueza. O objetivo seria portanto uma nova **Estratégia Global** capaz de facultar oportunidades iguais de pleno direito para todos onde os fatores económicos, sociais estejam inter-relacionados. O **Pilar Europeu dos Direitos sociais** deve ser o principal instrumento a obrigar a Comissão, o Parlamento Europeu e os Estados Membros a produzir **melhorias nas condições de vida e de trabalho das pessoas**

que proteja e capacite os cidadãos e reequilibre a integração da UE orientada pelo mercado.

Por essa razão, apelamos a um novo **“Contrato Social” com um Programa de Ação Social** que ofereça a todos os cidadãos uma sociedade mais justa e mais igualitária que garanta uma vida melhor para a maioria, não para uma minoria. Para tal, apelamos a:

- O princípio de **trabalho igual para salário igual no mesmo sítio** tenha de ser respeitado e efetivado.
- Todos os trabalhadores tenham os **mesmos direitos**: sem contrato, não há emprego com salário digno e a proibição de contratos de zero horas e o falso trabalho independente.
- Uma Europa com **fortes estados de bem-estar social, redes de segurança social e fortes serviços públicos.**
- Lutar por **salários mínimos dignos** em toda a Europa.
- Abordar as **disparidades e as desigualdades sociais, económicas e ambientais.**
- O **diálogo social efetivo** e a sindicalização são a melhor forma de garantir a proteção dos trabalhadores e salários mais elevados.

- O **diálogo social** enquanto instrumento de implementação da agenda de desenvolvimento sustentável.
- Um diálogo social que requeira um ambiente propício e uma estrutura institucional eficaz, o que começa com o **respeito pela liberdade de associação e pelo direito à negociação coletiva.**
- A UE trabalhe com os parceiros sociais para promover **práticas de relações laborais sãs e administrações laborais que funcionem.**
- Um quadro Europeu sobre a **garantia e o reforço da informação, consulta e participação dos trabalhadores.**
- **Requisitos mínimos para o seguro de desemprego** em termos de taxa de substituição líquida, período de concessão e taxa de cobertura, e também de formação e ativação para apoiar os trabalhadores em caso de desemprego.
- Introduzir um **quadro vinculativo europeu para um salário mínimo digno na Europa, que permita esquemas de rendimento mínimo.**

Apelamos a

Equidade e Justiça

A Europa tem de se tornar uma verdadeira união social, onde os direitos sociais devem ser legalmente exigíveis, capacitando os trabalhadores, combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades.

► Um Mercado único justo e efetivo que impeça o dumping social e garanta igual salário para igual trabalho no mesmo local de trabalho.

► Implementar uma agenda para a igualdade de género transformadora e mensurável através de uma estratégia Europeia de cinco anos de igualdade de género, integrada e ambiciosa, incluindo a eliminação das diferenças salariais entre géneros através de um instrumento específico que responsabilize as empresas por declarar políticas salariais e estratégias de eliminação das disparidades salariais entre géneros.

► O direito a serviços de saúde de qualidade, à educação e a pensões dignas é universal e deve ser defendido.

► A Europa necessita de uma abordagem abrangente à política de migração, baseada na partilha de responsabilidade, na repartição justa, na convergência e no respeito pelos direitos fundamentais e com novos canais legais para a migração.

► Os jovens Europeus devem ser capacitados e devem ser-lhes dadas as qualificações para construírem o seu futuro e para se tornarem cidadãos ativos.



Uma Europa sustentável que garanta o bem-estar dos cidadãos o progresso social e ecológico e que não deixe para trás pessoas ou territórios nas transições verdes e digitais.

Uma UME que sirva as pessoas

De forma a garantir o apoio vital dos cidadãos, a dimensão social necessita de ser reforçada; e devem ser implementadas formas democráticas e transparentes de governança da zona euro, com o objetivo de assegurar a prosperidade económica e um padrão de vida elevado.

► Um Semestre Europeu com uma forte dimensão social e indicadores sociais vinculativos de cariz ambiental.

► Tributação justa e redistribuição da riqueza.

► Diálogo macroeconómico como alternativa aos conselhos para a competitividade.

► Uma política de investimento para empregos de qualidade.

► Assegurar o necessário investimento público e privado.

► A estabilidade gerida no Pacto de Estabilidade e Crescimento deveria ser

aproveitada para permitir o uso da “regra de ouro do investimento público, que determina que os investimentos e as despesas correntes associadas devem ser implementados de forma a atingir benefícios e efeitos futuros.

► Garantia dos direitos sociais e da democracia.

► Respeito pela autonomia dos parceiros sociais, nomeadamente pela negociação coletiva.

Transição justa para a Era Digital

Apelamos a um quadro legislativo em matéria de transições justas em que o diálogo social e sistemas robustos de negociação coletiva entre os parceiros sociais deveriam prevalecer como instrumentos chave para antecipar e gerir as transições e a mudança, de modo a:

► Melhorar a legislação laboral de forma a cobrir novas formas de trabalho e

a eliminar o trabalho precário;

► Promover saúde e segurança para os empregos digitais.

► Um direito universal à aprendizagem ao longo da vida que permitam a qualificação, a requalificação e a especialização;

► Intensificar os investimentos nas instituições, políticas e estratégias que apoiem as

pessoas nas futuras transições laborais;

► Prover uma parte justa dos dividendos digitais para os trabalhadores

► Uma transição justa requer investimento efetivo e sistemas integrados de proteção social.

► Garantir a proteção de dados para trabalhadores e cidadãos.



► Necessitamos de uma Europa Sustentável, alterando para isso as nossas economias para um desenvolvimento socialmente inclusivo, forte e cooperativo, eficiente nos recursos e de baixo carbono.

► As ações e decisões dos governos, empresas, trabalhadores, cidadãos e consumidores devem visar os impactos sociais, económicos e ambientais de uma forma responsável.

► O Investimento sustentável constitui um instrumento-chave para adotar e dirigir o processo de fortalecimento da liderança Europeia no caminho de uma sociedade sustentável que estimule a criação de emprego de alta qualidade, energia renovável, transportes públicos verdes baratos e acessíveis, tecnologia digital desenhada ecologicamente, investigação e inovação. Isto é crucial particularmente para os jovens e para as regiões com elevados níveis de desemprego, ou que estejam a atravessar mudanças estruturais.

A Europa deve ser um líder na abordagem às alterações climáticas e na luta pelo ambiente.

► A Sustentabilidade é um Processo progressista que deve ser conduzido por forte vontade e determinação política.

► A UE deve transformar a economia linear em economia circular livre de carbono. As políticas da economia circular devem assegurar ciclos duradouros, pequenos, locais e limpos.

UMA EUROPA

FORTE E

UNIDA QUE THAT

PROMOVE

UM MUNDO

MELHOR.

Estratégia para uma democracia forte na Europa

As instituições Europeias e os Estados Membros devem defender o estado de direito e os direitos fundamentais, aumentar a transparência e lutar contra a corrupção e utilizar efectivamente o Tratado de Lisboa.

► A UE necessita de um mecanismo abrangente para monitorizar a situação da democracia e o estado de direito.

► Envolvimento total do Parlamento Europeu em todas as áreas.

► Forte papel dos parceiros sociais e do diálogo social na política Europeia.

► Uso real dos corpos consultivos participantes.

► Consulta apropriada das organizações representativas.

► A participação de atores relevantes no processo legal deve ser transparente.

► A UE deve apoiar grupos minoritários contra qualquer discriminação.

► A UE necessita de dar proteção aos sindicatos, ativistas, jornalistas e denunciante que exponham condutas ilegais, abusos da lei, ou informação de interesse público escondida.

Globalização e política comercial Justas

Enquanto líder global em sustentabilidade, a política comercial da UE **deve ser consistente e refletir** os seus próprios valores. Para tal, a UE deve reforçar e melhorar o seu modelo na esfera social e na esfera ambiental **atrás de:**

► Uma agenda política comercial ambiciosa a todos os níveis, que assegure desenvolvimento sustentável e crie crescimento e emprego de alto nível na UE ao

mesmo tempo que promove uma política comercial global baseada em regras a um nível global.

► Com um papel mais forte da OIT na política global.

► Com cláusulas sociais que protejam os direitos dos trabalhadores em todos os acordos.

► Cooperação internacional, promoção dos direitos dos trabalhadores e solidariedade com os refugiados.

► Políticas e acordos comerciais com elevados padrões sociais e ambientais que garantam a qualidade dos serviços públicos.

► Todos os acordos devem incluir um mecanismo de monitorização que envolva a sociedade civil, de forma a garantir o controlo dos compromissos, dos riscos e das oportunidades na abertura dos mercados.



O Grupo de Trabalhadores

**As nossas
prioridades**



gr2@eesc.europa.eu



+32 2 546 97 55



www.eesc.europa.eu/gr2



@WorkersEESC

@TravailEESC



Workers' Group

Groupe des travailleurs